

## **EDUCAÇÃO E RACISMO: UM PANORAMA DAS POLITICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS**

### **ALINE SANTOS FERREIRA**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB. Estudante da Pós-graduação em Gestão e Supervisão Escolar da Faculdade Integrada Euclides Fernandes/FIEF. E-mail: ninesafera@gmail.com

### **LEONARDO MORAIS DOS SANTOS**

Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. Estudante da Pós-graduação em Gestão e Supervisão Escolar da Faculdade Integrada Euclides Fernandes/FIEF. E-mail: leopeda22@gmail.com

### **EMANUEL LUIS ROQUE SOARES**

Professor de Filosofia da Educação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Formação de Professores, Amargosa – BA, doutor em Educação(2008) Universidade Federal do Ceará/FACED. Mestre em Educação (2004) Universidade Federal da Bahia/FACED, Especialista em Estética, Semiótica, Cultura e Educação (2001): Universidade Federal da Bahia/FACED. Bacharel em Filosofia (1999): Universidade Católica do Salvador. E-mail: el-soares@uol.com.br

## **Introdução**

Muitos jovens oriundos de escolas públicas, no século XXI, tiveram a oportunidade de se inserir nas universidades públicas brasileiras pelo sistema de cotas, porém muitos desses jovens cotistas tiveram dificuldades de se manter dentro dessas instituições tanto socialmente como economicamente, e em muitos momentos precisaram abrir mão de vivenciar a universidade para garantir o seu sustento e até mesmo continuar estudando.

A construção da educação superior no Brasil, ao longo da história, desenvolve-se a partir de olhares elitistas, em que participação ativa nos bancos acadêmicos se restringia a estudantes brancos com um grande poder econômico e social. Não obstante, ainda hoje muitas dessas pessoas acreditam que as universidades públicas são destinadas para essa classe, porém a reservas de “cotas” para negros dentro dessas instituições começou a mudar o cenário acadêmico brasileiro. Desde 2002, entretanto, uma série de eventos vem marcando uma mudança no cenário acadêmico brasileiro.

Em 2001, após uma Conferência na África do Sul, é construído um Plano de Ação do Estado Brasileiro para operacionalizar as resoluções de Durban, em especial aquelas voltadas para a Educação, entre as quais destacamos: acesso igual para todos e todas na lei e na prática; adoção e implementação de leis que proíbem a discriminação baseada na raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica em todos os níveis de educação formal ou informal e o estabelecimento de programas de assistência financeira, objetivando capacitar todos os estudantes, independente de raça, cor, descendência ou origem étnica ou nacional a frequentarem instituições de ensino superior (SECAD, 2006) (REIS, 2009).

Em 2004, sob forte pressão dos movimentos sociais negros, o Presidente Lula enviou ao Congresso Nacional Brasileiro o Projeto de Lei nº 3.627, de 20 de maio de 2004, que “institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências” (BRASIL, 2004).

Agora, no ano de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff sanciona a Lei 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio, reservando 50% das vagas, em cada concurso seletivo, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dessa reserva, a metade deverá ser preenchida por estudantes cujas famílias tenham renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio. Vale salientar que, segundo a Lei 12.711, os 50% das vagas reservadas em cada Instituição deverão ser preenchidos por pretos, pardos e indígenas, respeitando-se a composição da Unidade da Federação onde está instalada a Instituição, segundo o último Censo do IBGE (BRASIL, 2012).

## O conceito de racismo No Brasil

Até o momento o termo “raça”<sup>1</sup> veio a ser veiculado na literatura especializada no início do século XIX, por Geoges Cuvier, que inaugurava a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. Com isso surgiram duas linhas de pensamentos, uma que era a visão monogenista, que pensava que o homem teria se originado de uma fonte comum e a poligenista, que pensava que a capacidade de cada indivíduo estava de acordo com o tamanho e a proporção do cérebro dos diferentes povos. Mas para Dubois a raça tinha outras características.

(...) as raças tem sua individualidade. Essa individualidade está sujeita, em todas as épocas, às leis da vida racial. Essa vida racial, em todo o globo, mostrando uma invariável propensão, na totalidade dos casos, á integração do sangue e á permanência da essência (DUBOIS,2010,P.29).

Contudo os cientistas acreditavam que os povos de conhecimentos complexos vinham de uma “raça pura” e que os miscigenados vinham de uma “raça inferior” e que por isso deveria ser extinta, fazendo assim com que propagassem a separação das raças, um exemplo disso foi o *apartheid* na África do Sul, onde havia a separação de bairros, restaurantes, praias e uma carteira de identificação para as pessoas de cor e nos Estados Unidos as Leis de *Jim Crow*, que exigiam que as escolas públicas (além de trens e ônibus) tivessem instalações separadas para brancos e negros, além de restringirem a liberdade e o direito civil, fazendo com que pessoas de diferentes

---

<sup>1</sup> Foi apenas depois do holocausto, ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, que a comunidade acadêmica internacional fez um esforço para desqualificar a cientificidade do discurso racial determinista, abrindo espaço para um tratamento mais relativista da diversidade entre os seres humanos. Em vários documentos e resoluções, cientistas ligados á UNESCO propuseram a substituição da ideia de raça pelo conceito de grupo étnico. Desta forma utilizaremos o termo raça nessa pesquisa.

raças também não se relacionassem para não dar continuidade as raças misturadas.

(...) aos Estados Unidos e a África do Sul, onde o preconceito tem por base a origem do individuo, no Brasil o preconceito é de marca. Assim, no Brasil, teríamos um sistema de classificação social em que a cor como sinônimo da aparência racial, não é um dado mais correspondente a uma eleição entre outras possíveis (CAVALCANTI,1999,P.106).

É de extrema importância sabermos todos esses fundamentos históricos, para assim esclarecer como ocorre de forma diversificada o racismo no Brasil. Para os teóricos clássicos que acreditavam que o bom desenvolvimento de uma nação seria resultado quase imediato de sua formação vinda de uma “raça pura”, subentende-se que no Brasil sua formação racial foi feita por três raças distintas vindas do branco, do negro e do índio, sendo assim, para esses estudiosos a diversidade existente entre os homens seria apenas transitória e remediável pela ação do tempo ou modificável mediante o contato cultural. E por acreditarem que o Brasil já teria sido formado por miscigenação, já seria um país “inferior” aos outros.

Para o autor E. Renan (1823-92), existem três grandes raças: a branca, a negra e a amarela, específicas em sua origem e desenvolvimento. Os grupos de negros, amarelos e miscigenados “seriam povos inferiores não por serem, incivilizados, mas por serem incivilizáveis, não perfectíveis e não suscetíveis ao progresso” (RENAN,1872/1961).

Assim, os autores evidenciam que as raças miscigenadas eram inferiores por ser fruto de misturas de diferentes tipos e, sendo assim, se tornavam fracas. Mas é de conhecimento, atualmente, que uma raça ao não se misturar com outras raças, biologicamente, com passar dos anos a mesma não sofreria mutações e dentro de algum tempo desapareceria. Isso é uma forma sutil, como afirma o autor (apud Cavalcanti,1999,p.106) sobre a discriminação:

Assim, se a pessoa x ou y é branca, mulata ou parda, mais ou menos escura ou clara, etc. O resultado corresponde ao cruzamento desse critério com outros maior ou menor distância social, por exemplo, igualmente pertinentes para a definição da situação em jogo. Esse sistema relacional gera uma riqueza de nuances e maleabilidade classificatória extraordinárias, sendo caracteristicamente ambivalente, permitindo a convivência, lado a lado, da discriminação com a intimidade.

Quando denominamos raça – amarela, negra, branca, entre outras – é apenas uma classificação de características anatômicas como: a cor da pele, a textura do cabelo, o formato do rosto entre outras formas. Entretanto, se fosse analisarmos anatomicamente seriam levados em conta outros elementos para a sua categoria.

Já no Brasil existiram intelectuais, como Oliveira Viana<sup>2</sup>, por exemplo, que propagavam o pensamento europeu. Foram publicados vários livros propagando ideias racistas e desfavoráveis sobre a figura do negro, indicando que a vinda dos negros para o Brasil era um dos fatores responsáveis pelo atraso socioeconômico do país.

O Brasil sempre foi constituído, desde o início da nossa história, por fortes desigualdades sociais, econômicas e principalmente educacionais. Era muito comum no período colonial as elites brasileiras enviarem seus filhos para estudarem na Europa, entretanto, com a vinda da Família Real para o Brasil esse panorama mudou e as primeiras escolas de medicina e direito foram implantadas no país.

Ficam evidenciadas, então, as bases teóricas que frutificaram na sociedade brasileira, servindo de base para os ensinamentos escolares, bem como de uma crença que permeou o imaginário social no século XX, culminando nas extremas diferenças entre brancos e negros. Tais diferenças estão refletidas, ainda, na distribuição do saber escolarizado e acadêmico, uma vez que, como já foi mencio-

---

<sup>2</sup> Intelectual mulato brasileiro do século XX, que viveu até meados dos anos 1950.

nado no presente trabalho, o número de negros que adentra a universidade pública ainda é insatisfatório.

Mundo afora, o negro sempre lutou pelos seus direitos, tendo como uma de suas manifestações marcantes a Independência do Haiti das amarras europeias em 1804, movimento liderado por Toussait Louverture<sup>3</sup>. Além disso, no Brasil um negro chamado Zumbi sustentou a liderança de uma cidade-estado com mais de 20 mil pessoas, estabelecendo grandiosa organização à moda africana de se manter os costumes culturais de um povo.

Com o fim do período imperial brasileiro, e o país então sob os auspícios capitalistas, a educação nacional precisava atender a demanda de mão de obra para a reprodução capitalista. No entanto, o que se observou no Brasil foi o desenvolvimento de um sistema educacional falho, em que grupos socialmente excluídos – como os negros – foram deixados à margem do processo de escolarização, produzindo uma grande massa analfabeta e de fácil manipulação política.

Nessa perspectiva, os afrodescendentes vêm, há séculos, lutando por direitos civis básicos; sobre tal análise não se pode admitir, de maneira nenhuma, a falácia de que no Brasil existe uma democracia racial. Afinal, estereótipos sobre raças são facilmente criados numa sociedade em que a circulação do conhecimento está restrita a poucos, ou a uma classe dominante que faz questão na permanência das desigualdades para que haja a prolongada manutenção do poder.

*A democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação dos estereótipos sobre o negro, reforçando as*

---

<sup>3</sup> O maior líder da Revolução haitiana, foi também governador de Saint Domingue, o nome do Haiti na época. É reconhecido por ter sido o primeiro líder negro a vencer as forças de um império colonial europeu em seu próprio país. Nascido escravo, tendo sua formação em armas, levou uma luta vitoriosa para a liberação dos escravos haitianos, ele passou a ser uma figura histórica de importância no movimento de emancipação dos negros na América.

várias modalidades do pensamento racista brasileiro: ora a suposta inferioridade biológica do negro, ora a suposta inferioridade sociológica do negro, justificando e mantendo as desigualdades sociais (GOMES,1995,P.61-62).

Todos os brasileiros que afirmam a não existência do preconceito racial no Brasil não analisam o espaço ocupado pelos negros na atual sociedade. O processo de marginalização, baixa escolarização, salários inadequados e representação social desfavorável enfrentado pelo negro no país são alguns dos problemas que quase sempre passam despercebidos sem nenhuma reflexão por boa parte da população. O mito da democracia racial, que parece-nos mais cômodo de acreditar, sem dúvida é um poderoso e eficaz instrumento de controle social.

### **Os movimentos de contestação e inserção de políticas afirmativas na educação brasileira**

A tomada de consciência dos negros acerca dos valores culturais intensificou-se a partir de movimentos nos anos 1920, desencadeados por protestos na cidade de São Paulo que influenciaram outros estados brasileiros, tendo como principal objetivo o resgate da identidade racial do negro, para serem, assim, projetados nos cenários urbanos do Brasil. Dessa forma, os movimentos negros continuaram no decorrer dos anos 1940 com protestos no Rio de Janeiro, mas foi através de um projeto cultural que deu origem ao Teatro Experimental do Negro que foi criado um espaço de valorização da tradição afro-brasileira, fornecendo as bases necessárias para as futuras políticas sociais brasileiras. Dessa forma, Cunha afirma que:

Os movimentos até os anos 60 reclamavam essa igualdade e procurávamos um caminho de integração. O trabalho posterior procura as diferenças, tendo em mente as lutas pela libertação do *ser* Negro, como forma de se armar para participar em igualdade com o branco em sociedades futuras.

Criado negado como homem, negou-se o homem, criando o Negro ideal revolucionário para poder se homem (CUNHA JR,1992,P.24).

Já no final dos anos 1970, ocorreram também protestos em todo o país, tendo como pano de fundo as desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos na escola, bem como acerca dos livros didáticos que traziam personagens negros representando papéis sociais desfavoráveis. No centro dessas discussões estavam as obras de Monteiro Lobato com o Sítio do Pica-pau Amarelo; reconhecido como um dos maiores autores brasileiros, sua principal obra infantil trazia personagens negros numa condição socialmente inferior, contribuindo, de certa forma, para a disseminação de ideias racistas no seio de uma sociedade repleta de contradições e com um sistema de ensino que não discutia sobre o currículo escolar nem tampouco continha em seu currículo conteúdos ligados à cultura e história social dos afro-brasileiros.

No dia 18 de julho de 1978, foi criado em São Paulo o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, sendo a primeira organização negra de abrangência nacional depois da Frente Negra Brasileira, criada na década de 30, que teve como objetivo defender os direitos civis do negro e lutar contra as condições sociais inferiores dos negros, organizando manifestações públicas contra a discriminação racial para a defesa dos direitos sociais e políticos, sendo, no entanto, desarticulado no início da Ditadura Militar.

O Movimento Negro surge com fortes discursos reivindicatórios por uma educação qualificada para os afrodescendentes, pois no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 o percentual de negros dentro das universidades caracterizava-se quase como uma segregação racial.

Com fortes indicadores de desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos, o grande desafio do Movimento Negro era o de lutar contra as desigualdades sociais e por oportunidades mais justas, estabelecendo, então, um importante papel de elaborar um



discurso enfático e agressivo ao denunciar os preconceitos, os estereótipos e o racismo que os negros eram submetidos no Brasil. Pressionando a academia científica para que houvesse a incorporação da dimensão étnico-racial, entre finais da década de 1980 e durante a década de 1990, o Movimento Negro foi um dos principais agentes para a implantação das políticas afirmativas no país.

Tais movimentos, sem dúvida, foram de grande relevância durante metade do século XX. Nesse mesmo período encontrava-se tramitando no congresso um projeto de lei do Deputado Federal Abdias do Nascimento, com o objetivo de implementar ações compensatórias para negros no que diz respeito à educação, incluindo os indígenas e as mulheres. No entanto, a proposta do deputado foi relegada ao esquecimento e arquivada sem que nenhuma medida fosse tomada.

No que tange à luta dos Movimentos Organizados na busca por igualdade e justiça social, vale lembrar a Marcha de Zumbi dos Palmares no ano de 1995 que contou com a participação de 30 mil pessoas. O movimento foi recebido pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC), e tinha a missão de denunciar a discriminação racial, bem como cobrar propostas de combate ao racismo e melhorias na educação pública.

Depois da Marcha de Zumbi dos Palmares, o Governo brasileiro criou, por meio de um Decreto, o grupo de trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI). O GTI tinha “como proposta, ao longo do Governo FHC, inscrever definitivamente a questão do negro na agenda nacional. Isso significará conceder à questão racial do negro brasileiro à importância que lhe tem sido negada.” (apud Reis, p.49) [GTI,1998:39].

Foi através deste decreto presidencial que foram criados diversos grupos de discussão e reivindicação acerca da luta dos negros por melhores condições sociais. No entanto, tais propostas não surtiram os efeitos desejados no âmbito concreto, mas essas iniciativas contribuíram para evidenciar a necessidade das políticas de ações afirmativas no âmbito educacional.

Fruto das diversas reivindicações dos movimentos de contestação, surgiu a Lei 10.639 de 2003, que institui a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio de todo país. A justificativa para a criação da lei supracitada se deve ao fato de que os conhecimentos acerca da cultura africana no Brasil eram disseminados de forma insatisfatória nos ambientes escolares; dessa forma, a escola se constitui como um poderoso instrumento de combate às ideias racistas, contribuindo, paulatinamente, para a formação de uma sociedade mais justa, no momento em se propõe a implementar em seu currículo temas multiculturais.

Mas a busca pelo reconhecimento não ficou limitada a aprovação da Lei 10. 639/2003. Havia a preocupação, ainda, com o espaço ocupado pelos negros nas universidades públicas; tais reivindicações contribuíram para que ocorresse a implementação das políticas afirmativas de cotas para negros dentro das universidades públicas brasileiras. Santos (2005, p.13) afirma que:

Indicam que se justifica agregarmos pretos e pardos para formamos, Tecnicamente, o grupo racial negro, visto que a situação destes dois últimos grupos raciais é, de um lado, bem semelhante, e, de outro lado, bem distante ou desigual quando comparada com a situação do grupo racial branco. Assim sendo, ante a semelhança estatística entre pretos e pardos em termos de obtenção de direitos legais e legítimos, pensamos ser plausível agregarmos esses dois grupos raciais numa mesma categoria, a de negros (...)a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito á obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios(ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estaticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum.

Esta afirmação de Santos está classificada nos censos demográficos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Contudo, a sociedade brasileira não se preocupava em discutir a questão racial, nem tão pouco em se autoafirmar como negro ou pardo, devido, justamente, ao pensamento fragmentado do que é ser negro no Brasil, fazendo, assim, com que a discussão girasse em torno de que cor cada indivíduo representa.

Desse modo, houve várias distorções quanto à implantação das Políticas de Ações Afirmativas no Brasil. Alguns afirmavam que tínhamos igualdade de oportunidades, o que é um paradoxo quando sabemos que o individualismo e o igualitarismo não são características marcantes em nossa cultura.

Não reconhecermos que nosso processo histórico tem favorecido sobretudo os grupos de origem europeia, reservando aos afrodescendentes e aos índios uma condição desfavorável socialmente é tentar atribuir a estes a responsabilidade pelos próprios insucessos sociais. É, também, desconsiderar a intensa mobilização e organização da sociedade civil brasileira que tem exigido mudanças sociais profundas, para corrigir as profundas desigualdades estruturadas com base na cor e/ou raça.

Somente no final do século XX as Ações Afirmativas tomam corpo e se transformam em políticas efetivas de Estado. Sendo assim, as ações afirmativas se efetivam através de um conjunto de políticas públicas e privadas, que podem ser obrigatórias, e são voltadas para grupos sociais que foram alvo de processos históricos de discriminação – por causa da cor ou raça, gênero, orientação sexual, etnia, deficiência física, origem nacional entre outros.

Em nosso país tais políticas com recorte racial têm o objetivo de viabilizar o ideal de igualdade e acesso a bens sociais como educação, emprego, saúde entre outros, que foram abdicados durante séculos a raça negra. Essas ações são temporárias para sancionar os grupos discriminados, porém sua mensagem deve ser du-

radoura para que não ocorram mais essas injustiças sociais. Como pudemos verificar até aqui, as políticas afirmativas são de muitos tipos, entretanto, as cotas raciais nas universidades públicas foram as mais evidenciadas nos últimos anos.

Dessa forma, ocorreu uma ruptura de identidade quanto à implantação das cotas nas universidades brasileiras, pois a maioria dos afrodescendentes não se via como negros/negras. No ideário dessas pessoas morava, ou mora ainda, a crença de que ser negro/negra significava ser “inferior”.

O autor Kabengele Munanga (2004) refere-se à identidade negra como sendo uma tomada de consciência de um segmento ético-racial que foi excluído da participação na sociedade, para a qual teve grandes contribuições economicamente, socialmente e culturalmente no Brasil. Fazendo, assim, com que a identidade negra seja uma construção sócio-histórica-cultural e plural desses cidadãos na sociedade, como uma forma positiva de se autodeclararem negros.

### **Considerações finais**

Portanto, as políticas afirmativas para negros têm o objetivo de inserir este segmento social no ensino superior, fornecendo aos mesmos a oportunidade de terem acesso a uma formação acadêmica, bem como qualificação profissional. Porém, esses estudantes são vítimas, muitas vezes, de preconceitos ao adentrarem no universo acadêmico; para muitos o ambiente universitário ‘não lhes pertence’.

Para REIS(2009),

As políticas formais de permanência, se bem estruturadas, podem, de fato, garantir a educação de qualidade aos estudantes. Do contrário, a associação de gênero, raça e classe social contribui para uma seleção perversa, no interior do sistema de ensino, em que os estudantes de determinados

segmentos vão sendo eliminados em um processo que Bourdieu e Passeron denominaram *mortalidade escolar* (p.64)

Com o objetivo de se manterem no percurso universitário, muitos estudantes oriundos das classes menos favorecidas desenvolvem trabalhos alternativos, adentrando no mercado informal, contribuindo, dessa forma, para a manutenção dos custos com moradia – uma vez que muitos desses estudantes são oriundos, muitas vezes, de cidades distantes do campus universitário – e alimentação, bem como custos com materiais didáticos, livros e fotocópia de atividades para prosseguimento de estudos (REIS,2011) . Outro aspecto importante é o fato de que muitos jovens ao se inserirem dentro das universidades por cotas acabam recebendo ajuda financeira dos familiares, que muitas vezes não depõem de uma condição financeira favorável para dispender tal ajuda. Dessa forma, os familiares acabam sufocando seu orçamento mensal em prol de um futuro mais agradável de seus filhos e filhas.

### Referências bibliográficas

SANTOS, Joel Rufino dos. O que é racismo? São Paulo: Brasiliense,2005.(Coleção Primeiros Passos;7).

GOMES, Nilma Lino. Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade/ organizado por Nilma Lino Gomes e Aracy Alves Martins,- 2 ed.- Belo Horizonte: Autêntica,2006.

CANDU, Vera Maria(coorde.) Somos Tod@s iguais? Escola discriminação e educação em direitos humanos. Janeiro, DP&A 2003.

TEIXEIRA, Moema De Poli. Negros na Universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas,2003.